

Arte do Equilíbrio

A estabilização da economia, propiciada pelo Plano Real, foi reconhecido nas urnas como bem precioso. A estabilização devolveu a tranqüilidade aos orçamentos familiares, das empresas e da administração pública. Por isso mesmo, é indispensável a prioridade para a estabilidade econômica.

A euforia despertada pela queda brusca de inflação de 50% em junho para 2% a 3% ao mês no presente, evidentemente, teria de provocar abalos e reacomodações na economia. Sem inflação, os salários recuperaram 15% de poder de compra mensalmente corroídos pela inflação. Esse aumento do poder de compra foi transferido ao consumo, provocando forte empuxo na demanda da economia.

Com base na atual participação dos salários na renda nacional entre 35% e 38% do PIB, estima-se que a queda da inflação gerou na economia demanda extra equivalente a 5% a 5,5% do PIB. Evidentemente, nenhuma economia é capaz de produzir em apenas três meses (período do real) o equivalente a 5% do PIB.

A manutenção da estabilidade econômica exigia assim um freio no consumo até que a oferta estivesse em condições de atender à demanda. Ainda não está. A economia é a arte de administrar o equilíbrio entre a oferta e a procura. E, exatamente porque está sempre sujeita a influências externas e acidentalidades, como a quebra de safras agrícolas, a economia não pode pretender *status* de ciência exata.

As vozes empresariais que estrilaram contra o aperto do crédito adotado para conter o consumo parecem esquecer que até pouco tempo o Brasil estava mergulhado na recessão, porque estava preso na espiral de preços e salários detonada pela indexação ao passado. A experiência do crescimento rápido e descontrolado do Plano Cruzado abortou precocemente uma interessante experiência de desindexação.

O Plano Real corrigiu todas as falhas do passado e vem-se mostrando altamente eficaz para combater a inflação justamente porque o governo não impôs limitações políticas para a equipe econômica fazer a correções de rumo necessárias à estabilização.

Se o governo não tratasse de esfriar, de imediato, a demanda, para dar tempo à oferta de bens produzidos internamente ou importados, graças à queda das barreiras tarifárias, chegar a tempo de atender ao desejo do consumidor, o maior prejudicado seria o próprio consumidor. Ou alguém duvida que as pressões de demanda poderiam realimentar a inflação e trazer a volta da indexação e seu vícios perversos?

Vencer a queda-de-braço contra os agentes econômicos que se acostumaram aos ganhos fáceis da indexação na ciranda inflacionária é o desafio maior do governo. A sociedade admite o sacrifício temporário do consumo se for para afastar o sacrifício maior do corpo-a-corpo com a inflação. Nessa batalha, a imensa maioria sempre levou o pior.

27 OUT 1994

JORNAL DO BRASIL